

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08389.006986/2024-10

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Preliminar baseia-se nas diretrizes do Anexo III da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25/05/2017, e tem por objetivo atender ao disposto na Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08/08/2022, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração e ao interesse público para a **contratação de serviço de marinhoiro de convés** para o Núcleo Especial de Polícia Marítima da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra.

Contratação do serviço de marinhoiro de convés, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender às necessidades dos Núcleos Especiais de Polícia Marítimas pertencentes as Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e Guaíra, com a utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, conforme especificações a seguir:

Itens		Descrição/especificação	Quantidade /Postos
Grupo 01	01	Marinhoiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Foz do Iguaçu/PR	02 (dois) postos de trabalho
	02	Marinhoiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Guaíra/PR	01 (um) posto de trabalho

Atualmente é mantido pela Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu o Contrato nº 14/2020-DPF/FIG/PR, relacionado ao processo 08389.001174/2020-46, firmado com a empresa PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI e o Contrato nº 15/2020-DPF/FIG/PR, relacionado ao processo 08389.004465/2020-96, firmado com a empresa WS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, cujo objeto é a contratação de serviço continuado de marinhoiro de convés, visando atender às necessidades dos Núcleos Especiais de Polícia Marítima das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo término de vigência será em 20/07/2025, data em que o citado contrato completará 60 meses de vigência.

Conforme consignado no Despacho DPF/FIG/PR (36343276), foi autorizado pelo Ordenador de Despesas a abertura de processo administrativo objetivando a contratação em tela em razão da impossibilidade de prorrogação ordinária do atual contrato.

A contratação desejada está alinhada com o planejamento estratégico da DPF/FIG/PR, pois está incluída na programação orçamentária e financeira anual. A DPF/FIG/PR e a DPF/GRA/PR, devido às suas características únicas por estarem situadas em uma tríplice fronteira, são responsáveis não apenas pela fiscalização, mas também pela repressão preventiva e contínua de atividades ilícitas como contrabando, descaminho e tráfico de drogas na área sob sua jurisdição. Sua atuação ocorre na região oeste do Estado do Paraná, especialmente na fronteira entre o Brasil (de Foz do Iguaçu a Guaíra) e o Paraguai, bem como na fronteira entre Foz do Iguaçu e a Argentina. O cumprimento da missão institucional da DPF/FIG/PR e DPF/GRA/PR exige um grande número de pessoal para realizar tarefas de apoio na sede do NEPOM/DPF/FIG/PR e NEPOM/DPF/GRA/PR, além de atividades de retaguarda, como carga e descarga de materiais pertencentes à DPF/FIG/PR e DPF/GRA/PR e de materiais e drogas apreendidos. A colaboração com outros órgãos de segurança e fiscalização pública atuantes na região (Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Exército, Marinha, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e Receita Federal) no controle permanente da zona secundária na área de jurisdição da DPF/FIG/PR e DPF/GRA/PR também gera uma alta demanda por serviços na logística operacional de apoio desta Delegacia, resultando na necessidade de utilização de mão de obra terceirizada.

A atividade pretendida não constitui terceirização irregular conforme disposições do Decreto 9.507/2018, Portaria nº 443 /2018-MPDG e Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG, também não incorre nas vedações à terceirização previstas nos citados normativos, bem como a atividade em questão não consta dentre o rol de atribuições de nenhuma categoria funcional do órgão licitante.

Considerando que o serviço de marinho de convés tem natureza continuada e sua interrupção poderá acarretar prejuízos ao desempenho das atividades do órgão, faz-se necessário um novo processo de licitação para a contratação dos serviços pretendidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NEPOM/DPF/FIG/PR	AUGUSTO DA CRUZ RODRIGUES
NEPOM/DPF/FIG/PR	CHRISTIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA GAROFOLO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Nos termos do §2º, Art. 7º da Instrução Normativa 05/2017-SEGES a função a ser contratada para a prestação dos serviços observará a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho: **7827-05 (MARINHEIRO DE CONVÉS)**.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se, entretanto, pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas, nos termos do Art. 8º da IN 05/2017-SEGES.

Os serviços são considerados comuns, tendo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma objetiva no edital da licitação, por meio de especificações usuais no mercado. Os serviços são usualmente contratados nos diversos órgãos da Administração Pública.

Os serviços ora demandados devem ser prestados de forma contínua, vez que pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando e suportando o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, este Núcleo opta pela contratação dos serviços terceirizados de marinho de convés, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

- observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
- cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
- dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado, de modo a garantir boa relação custo /benefício;
- célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;
- a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
- as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas das categorias envolvidas na prestação dos serviços vigentes em 2025, bem como a legislação trabalhista vigente;
- a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- a empresa deve estar ciente de que os funcionários alocados farão jus ao adicional de periculosidade;
- a empresa deve estar ciente de que as produtividades expressas no Termo de Referência, com o consequente número de funcionários resultantes, não podem ser alterados quando da elaboração de suas propostas finais de preço.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

Inicialmente, não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos aplicados ao objeto licitado, considerando especialmente o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, entretanto, a contratada deverá orientar os funcionários alocados para prestação dos serviços quanto à necessidade de seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão, observando as diretrizes da Unidade Administrativa para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, bem como observar a adequada separação dos resíduos que serão descartados pela Administração.

Ainda, deverão ser utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que conforme consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, já consideram os critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços enquanto obrigações da Contratada.

Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos mínimos acima descritos, buscando assim no mercado uma empresa em condições de executar os serviços, a qual detenha profissionais devidamente capacitados. Importante informar que tal procedimento licitatório compreende além da mão-de-obra, o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) adequados à execução dos trabalhos a serem executados nas Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e Guaíra.

As Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e Guaíra possuem laudo de periculosidade emitido por autoridade competente, incidindo, portanto, o custo com adicional de periculosidade de 30% sobre o salário base dos funcionários alocados.

Nesta contratação os candidatos serão submetidos à investigação social de vida pregressa e eventual entrevista, antes do início da vigência do contrato, dadas as características do órgão, sendo imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações e instalações, devendo a Contratada atender ao requisitado pela Administração.

O Contrato terá prazo de execução de 2 (dois) anos, prorrogável por mais 08 (oito) anos (totalizando 10 anos), prazo este que se entende suficiente e que respeita o limite do art. 107, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, nos termos do art. 106, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá escolher o prazo inicial da contratação dos serviços de fornecimento contínuos em até 5 (cinco) desde que:

- a autoridade competente do órgão ou entidade contratante ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- a Administração ateste, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A opção pela prazo inicial de 2 (dois) anos de vigência decorre da possibilidade real de vantagem econômica para Administração, seja no sentido que poderia alocar menos recursos humanos no trabalho de gerenciamento do contrato, seja porque a futura contratada poderá diluir os custos da contratação por um lapso temporal maior, o que pode acarretar em diminuição do valor total da despesa que a Administração realizará para manter o contrato.

Pelo lado do risco pela manutenção do prazo de vigência mais dilatado, a Administração tem ao seu favor instrumentos de verificação mensal como o IMR e a verificação da regularidade trabalhista e fiscal da empresa, com condições de dispensá-la se não atender às condições iniciais de habilitação e sanções pelo descumprimento das obrigações pactuadas. Some-se a isso a existência da conta-depósito vinculada que constitui em garantia real para pagamento das obrigações trabalhistas.

DO CONTROLE DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando o previsto na IN MPDG nº 05/2017 é necessário estabelecer um mecanismo de controle a fim de evitar o descumprimento das obrigações trabalhistas. A conta vinculada é procedimento já adotado pela DPF/FIG/PR, nos contratos de mão de obra com dedicação exclusiva e, portanto, a manutenção da utilização deste método no processo atual implica em padronização e economia processual para a Administração que já assimilou os procedimentos operacionais para funcionamento da conta vinculada, empreendendo esforço e treinamento de Gestores e Fiscais de contrato até então, que não convém desperdiçar.

Ademais, o mecanismo de controle da conta vinculada, tal como o fato gerador, atende igualmente ao requisito normativo de resguardo dos direitos trabalhistas, contribuindo para o afastamento da responsabilidade subsidiária da Administração, não havendo desvantagem para a Administração em optar pelo mecanismo da conta vinculada já implantado administrativamente em suas Unidades.

Ainda acerca da utilização da conta vinculada, a Direção de Administração e Logística da Polícia Federal (DLOG/PF), por meio do processo Sei 08200.010877/2023-69, divulgou amplamente a Nota técnica nº 32496264/2023-SECONT/CGOF

/DLOG/PF (32496264), para fins de padronizar na Instituição a utilização da conta vinculada, abstendo-se as Superintendências da PF de utilização do Fato Gerador como ferramenta de controle do cumprimento das obrigações trabalhistas. Vejamos:

(...) considerando a peculiaridade da Polícia Federal, com suas 33 Unidades Gestoras, mas apenas uma única Unidade Orçamentária, responsável pela repartição e descentralização dos recursos que atingem todas as unidades da Polícia Federal no Brasil e no exterior (Adidâncias e Oficialatos de Ligação), os contratos dessa natureza com pagamento pelo Fato Gerador representam risco à boa gestão do orçamento público que é confiado à Polícia Federal, frente à imprevisibilidade que essa modalidade de pagamento proporciona, conforme largamente acima exposto.

Assim, conclui-se que as Unidades Gestoras da Polícia Federal devem padronizar seus contratos de mão de obra com dedicação exclusiva mediante pagamento pela Conta-Depósito Vinculada (bloqueada para movimentação), nos termos do art. 121, § 3º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; no art. 8º, inciso V, alínea b), do decreto nº 9.507, de 2018; e no art. 18, § 1º, inciso I da IN SEGES/MP nº 05, de 2017."

Acrescente-se que Diretoria de Administração e Logística da Polícia Federal (DLOG/PF) emitiu ofício nº 364/2023/DLOG/PF (32560609) a todas as Superintendências da PF orientando que **planejassem "as novas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra adotando-se o instrumento do pagamento por Conta-Depósito Vinculada (bloqueada para movimentação),** previsto no art. 121, § 3º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; no art. 8º, inciso V, alínea b), do decreto nº 9.507, de 2018; e no art. 18, § 1º, inciso I da IN SEGES/MP nº 05, de 2017".

5. Levantamento de Mercado

De acordo com art. 9º, III, a e b, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições.

Da análise do mercado de prestação de serviços de marinho de convés, verifica-se que se trata de uma atividade consolidada e legalmente normatizada, com fornecedores atuantes, habilitados e em plenas condições de licitar e contratar com o serviço público, não havendo necessidade de realização de consulta, audiência pública ou diálogo com fornecedores para coleta de contribuições.

Na Polícia Federal é possível localizar nas unidades gestoras, contratos cujo objeto se assemelha com o serviço pretendido. A exemplo disso, a Superintendência Regional de Polícia Federal da Bahia celebrou o Contrato de Prestação de Serviços nº 11/2024 – SR/PF/BA com a empresa Cincol Soluções e Serviço Eirelli, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2024, consubstanciado nos autos do Processo Administrativo nº 08255.007031/2023-14, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de marinharia e serviços gerais de convés (moço de convés), das embarcações pertencentes ou a serviço ou apreendidas pelo NEPOM/SR/DPF/BA, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Ainda, na Polícia Federal, o Contrato nº 07/2022 da Superintendência Regional de Polícia Federal de Manaus com a empresa Grifon serviços de administração de obras - Eireli, para serviços de marinheiros fluviais de convés com comando e praticagem e marinheiros fluviais de máquinas com chefia de máquinas, com 30% (trinta por cento) de adicional de periculosidade para manaus, prestados para atendimento de demanda do NEPOM/CIAPA e Delegacia de Tabatinga, no interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas - SR/PF/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, consubstanciado nos autos do Processo Administrativo nº 08240.008868/2021-70.

Ainda, no âmbito da Administração Pública Federal, temos o processo administrativo nº 021240011202204, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recepcionista e marinho de convés para atender as demandas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, através do pregão eletrônico nº 3/2022 - UASG 443034.

Destarte, à luz do que atualmente o mercado oferece e diante das similaridades entre os objetos contratos por outros órgãos e por outras unidades gestoras da Polícia Federal, não foi possível identificar novas metodologias, tecnologias e inovações que pudessem aperfeiçoar a prestação dos serviços prestados pelos Marinheiros de Convés.

Com relação à essência da demanda apresentada, qual seja, manter as embarcações em condição de pronto emprego, abastecidas, limpas e posicionadas, permitindo o atendimento pleno às necessidades operacionais da Instituição com segurança, dentro dos prazos estabelecidos, após a devida análise circunstancial, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação

do serviço de marinho de convés, com dedicação exclusiva de mão de obra, ainda é a melhor solução encontrada para atendimento das necessidades do NEPOM/DPF/FIG/PR e NEPOM/DPF/GRA/PR.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a prestação dos serviços de marinho de convés, com o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uniforme e equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços a serem prestados nos NEPOM da Delegacia de Foz do Iguaçu e Guaíra. Para execução dos serviços, a futura contratada deverá realizar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- Rotinas de execução dos serviços;
- Atender às manobras da embarcação, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;
- Ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, estrada e saída de diques e quaisquer outras fainas;
- Receber, no convés da embarcação, e transportar para os paços respectivos o material de custeio pertencente à seção de convés;
- Operar os aparelhos de manobra e peso, nas fainas da embarcação (acionar guinchos, suspender e arriar paus de carga, guindastes, preparar cábreas, acunhar e desacunhar escotilhas, colocar dalas, rateiras, defensas e balões no costado, luz de bulbo, cabo de segurança de proa e popa) ou onde se fizer necessário;
- Executar os serviços necessários à conservação, tratamento, limpeza da embarcação, dos paços (paço da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;
- Executar todas as tarefas determinadas pelo contramestre da embarcação, tais como limpeza, tratamento, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material de convés;
- Baldear e adoçar a embarcação;
- Executar os serviços necessários à conservação das embarcações auxiliares, mangueiras de incêndio, bombas, boias, salva-vidas, balsas, bancos e todo material volante;
- Executar os serviços necessários à conservação dos estais, brandais, convés e amantes, pelos consertos em estropos e fundas, costura em lona e demais cabos de bordo;
- Auxiliar o contramestre em todas as fainas do convés, inclusive nas sondagens;
- Executar os serviços necessários à conservação dos próprios camarotes;
- Auxiliar o contramestre em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário a faina diária, quando nas funções de faroleiro; e
- Colocar na proa e popa, junto às tomadas de carga e combustível, e nos locais de embarque de cargas perigosas, o material móvel de combate a incêndio, quando determinado pelo oficial responsável;

Além dos parâmetros acima, a futura contratada deverá:

- Manter os registros atualizados das horas de partida e corte dos motores da embarcação;
- Realizar os relatórios solicitados pela Contratante/Comandante, como por exemplo, contagem de horas de funcionamento de determinados equipamentos, datas de manutenção preventiva, históricos de manutenção corretiva, medição de taxa de consumo de combustível, calendário de trocas de lubrificantes, calendário de trocas de extintores e demais itens que a Contratante julgar necessário, sempre informando ao Comandante;
- Acompanhamento das fainas de recebimento de combustível, água mineral e material de limpeza e conservação;
- Auxiliar no içamento da embarcação na rampa e seu posicionamento no seco;
- Estar embarcado quando a lancha estiver em faina de abastecimento em postos indicados pela Contratante;
- Estar embarcado quando a lancha estiver em serviço de vigilância e fiscalização no Controle Aduaneiro;
- Estar embarcado quando a lancha estiver em faina de reparos em estaleiros e oficinas autorizadas pela Contratante;
- Cuidar para que quando atracadas, fundeadas, ou na boia, a embarcação esteja seguramente amarrada e sem riscos de se soltar no período noturno ou em sua ausência;
- Manobrar cabos (atracação e desatracação);
- Cuidados com as defensas;
- Cumprir a programação dos serviços elaborada pela Administração/ Comandante de forma a garantir as condições de rapidez e segurança necessárias;
- Cuidar da limpeza e conservação do convés interno: pisos, móveis, consoles, equipamentos internos, praça de máquinas, convés externo: piso, vidros, amuradas, casco (acima da linha d'água), bote de reserva inflável, coletes e boias salva-vidas, e informar prontamente ao representante da Contratante/Comandante de possíveis danos ou danos a serem sanados;
- Inspeccionar, semanalmente, antes da primeira partida dos motores naquele dia, o estado e nível dos lubrificantes, principalmente quanto a contaminação por água salgada ou doce;

- Inspecionar, semanalmente, toda a parte elétrica da embarcação: estado geral dos bornes e terminais das baterias, existência de oxidação nos demais terminais, funcionamento de todas as luzes internas e externas (inclusive navegação), faróis, buzinas e sirenes, bombas elétricas incluindo a bomba de drenagem do porão;
- Aplicar, quando necessário, vaselina industrial sólida nos terminais elétricos, a fim de minimizar os efeitos nocivos do ambiente marítimo;
- Notificar a necessidade de cumprimento de item constante do plano de manutenção preventiva da embarcação, ao representante designado pela Contratante/Comandante;
- Zelar pela integridade e segurança de todos os equipamentos, partes, itens e acessórios pertencentes à embarcação, em especial, aqueles que utiliza no desempenho de suas funções;
- Comunicar ao representante da Contratante/Comandante, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra seu patrimônio, servidores, ou a terceiros;
- Informar imediatamente à Contratada/Comandante sobre quaisquer alterações de rotina, como necessidade de manobrar, indícios de avaria, colisão ou de incêndio, roubo ou furtos e visitas de pessoal estranho à Unidade Administrativa contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo de trabalhadores que serão necessários foi definido a partir da quantidade de bases utilizadas efetivamente pelos NEPOM. Dessa forma, chegou em um quantitativo de **03 (três) trabalhadores**. Abaixo segue o detalhamento:

Itens		Descrição/especificação	Quantidade /Postos
Grupo /Lote 01	01	Marinheiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Foz do Iguaçu/PR	02 (dois) postos de trabalho
	02	Marinheiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Guairá/PR	01 (um) posto de trabalho

Além dos postos de trabalho, a futura contratação prevê os seguintes materiais e equipamentos para a prestação dos serviços:

QUANTIDADES DE PEÇAS DE UNIFORME E EPI FORNECIDAS PARA CADA POSTO DE TRABALHO		
Item	Descrição/Especificação	Quantidade anual
1	Bermuda, tecido brim, cor cinza, com bolso lateral e traseiro, com elástico e cordão para amarrar	2
2	Boné de brim cor cinza	4
3	Calça profissional, tecido brim, cor cinza,	4
4	Camisa manga curta, tipo gola careca, cor cinza, tecido sintético, com logomarca da empresa em silkscreen	4
5	Camisa manga longa, gola careca, cor cinza, de algodão	4

6	Jaqueta em poliéster, com forro, dois bolsos, na cor azul marinho	1
7	Cinto de nylon, tipo militar, com fivela em metal, cor preta.	2
8	Pares de sandália masculina, tipo "papete", em nylon, na cor preta	2
9	Pares de meia preta, cano longo, de algodão	6
10	Óculos de proteção em polímero com lente de policarbonato	2
11	Protetor auricular tipo plugue em silicone	6
12	Pares de luva de segurança em malha, com palma com pigmento de borracha	4
13	Pares de bota de proteção em polímero e sola de borracha, cano longo, na cor preta	2
TOTAL		43

Necessidade Materiais Específicos

Na contratação pretendida, não há previsão de utilização de materiais raros ou específicos, cuja previsibilidade não se mostre possível, razão pela qual não se faz necessária a inclusão de mecanismos para tratar dessa questão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 536.863,85

Para formação de preço referencial dos serviços continuados de marinho de convés, foi realizada pesquisa de mercado adotando-se os parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME.

Como metodologia, foi utilizada a média aritmética dos preços praticados, uma vez que tal valor se encontra dentro da faixa de preços praticados em contratações públicas recentes, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preços (36565851). De acordo com o TCU, o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado (Acórdão 3068/2010 - Plenário).

Para o planejamento da licitação e quantificação estimada dos custos contratuais e os respectivos valores máximos, teve-se por base os valores apresentados na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 (36555206) das categorias tida como referência.

Pesquisas de preços dos equipamentos e uniformes, utilizando-se o Pannel de Preços do Governo Federal e também em sítios eletrônicos ou de domínio amplo. As pesquisas foram compiladas no Mapa Comparativo de Preços (36565851).

Assim, o valor estimado total da contratação é de R\$ 268.431,92 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) para 12 (doze) meses e de R\$ 536.863,85 (quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos) para 24 (vinte e quatro) meses.

Itens	Descrição do serviço	CATSER	Local de execução	Unidade	Quantidade de postos	Valor mensal	Valor anual (12 meses)	Valor total (24 meses)
1	Marinheiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Foz do Iguaçu/PR	3964	Foz do Iguaçu /PR	meses	02	R\$ 15.074,70	R\$ 180.896,35	R\$ 361.792,71
2	Marinheiro de convés para um período de 44 horas semanais para atender as necessidades do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Guairá/PR	3964	Guairá /PR	meses	01	R\$ 7.294,63	R\$ 87.535,57	R\$ 175.071,14
TOTAL						R\$ 22.369,33	R\$ 268.431,92	R\$ 536.863,85

O licitante classificado em primeiro lugar e convocado pelo pregoeiro, deverá apresentar a planilha de custos por município (Foz do Iguaçu e Guairá), tendo em vista a diferença nos valores de vale transporte e ISSQN. Também necessário apresentação de planilha contendo os preços individuais e totais dos materiais, nos moldes de modelo a ser disponibilizado aos licitantes.

Nos termos do art. 9º da IN SEGES nº. 65/2021 e do anexo V, item 2.9 da IN 05/2017-MPDG, a estimativa de preços da presente contratação decorre do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, conforme valores indicados na tabela acima.

Na planilha de custos elaborada pela Administração foram utilizados:

o salário normativo e benefícios extraídos da seguinte Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024:

- Número de registro no MTE: PR002446/2023
- Data de registro no MTE: 20/09/2023
- Número da solicitação: MR048744/2023
- Número do processo: 10980.100735/2023-02
- Data do protocolo: 06/09/23

até a presente data, não há Convenção Coletiva de Trabalho vigente para a contratação em questão, motivo pelo qual foi utilizada a última convenção registrada junto ao MTE (PR002446/2023).

valores dos materiais e equipamentos foram verificados a partir de pesquisa de preços realizada no Painel de Preços e em sítios eletrônicos, tendo sido considerado a média destas, conforme o caso, tendo em vista a necessidade de valores atualizados.

os valores de transporte público foram verificados junto aos sites pertinentes, assim como a tributação relativa ao ISS para cada cidade de execução dos serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Pretende-se realizar a presente licitação em grupo único, pois gerará razoável ganho para a Administração, na economia de escala, uma vez que implicará num aumento de quantitativos e consequentemente numa redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU:

“Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero”(…);

10.2. O grupo de estudos de contratação e gestão de contratos de terceirização de serviços continuados na administração pública federal, formado por servidores do Tribunal de Contas da União - TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, da Advocacia- Geral da União, do Ministério da Previdência Social, do

Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, orienta para que não seja parcelado objeto quando tratar-se de serviços sem nenhuma complexidade, conforme transcrição abaixo:

O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.

Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.

Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.

Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.

Porém, há que se lembrar, que os serviços técnicos, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática, devem ser divididos por área, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto.”

A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os “recursos disponíveis no mercado” e de ampliar a “competitividade” do certame. Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento, pois trata-se de serviços de segurança.

Destaca-se, ainda, que as rotinas inerentes à gestão e fiscalização de contratos demandam uma série de procedimentos e que a dispersão de um mesmo tipo de serviço em diversos contratos torna-se mais trabalhoso e dispendioso para a Administração, sem resultar na obtenção de melhores resultados.

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), quanto ao parcelamento do objeto, traz o seguinte texto:

Subseção III

Dos Serviços em Geral

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I – da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I – a responsabilidade técnica;

II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

A partir do texto da nova lei, verifica-se a evolução da compreensão quanto ao parcelamento do objeto, vez que a regra do parcelamento deve ser observada frente à padronização, viabilidade técnica e vantajosidade econômica.

Os custos para a Administração com vários contratos incluem: servidores para formalização de diversos contratos; garantias e eventuais execuções; administrativo para gerenciamento das contas-vinculadas, sendo uma para cada empresa contratada; fiscalização e acompanhamento de diversos contratos; custos para o pagamento, apropriação, verificação de condições de habilitação de diversas empresas.

Além disto, o item único possibilita que a empresa contratada dilua os custos entre os todos os postos, resultando na possibilidade de economia em função da quantidade de postos contratados.

Destaca-se que a separação em itens não irá ampliar a competição, pois as empresas que prestam os serviços, quase em sua totalidade, o fazem em todas as localidades abrangidas na presente contratação.

Quanto à concentração de mercado, temos que a Administração, enquanto Governo Federal, cumpre esta determinação legal, pois os diversos órgãos federais que atuam na mesma localidade fazem cada um a sua licitação e contratação, evitando assim a concentração de mercado.

Pelo exposto neste item conclui-se, portanto, que uma licitação em item único, onde a licitante deverá apresentar o lance pelo valor total, mas que para aceitação da proposta deverá apresentar as planilhas de custos individualizadas por município atendido, para contemplar os reais custos de adicional noturno, vale transporte e ISS, conforme tabela de alocação inicial dos postos elaborada pela Administração, seria uma solução mais eficiente, sem restringir indevidamente a competitividade, possibilitando redução de custos, bem como que a Administração tenha um controle mais gerencial e pró-ativo dos seus contratos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação de serviço de vigilância patrimonial da DPF/FIG/PR

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda está alinhada com o Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal, conforme a visão de futuro e objetivo estratégico que a PF quer alcançar rumo a sua transformação organizacional, buscando cada vez mais padrões de eficiência na prestação da sua missão precípua de segurança pública, atuando como a polícia judiciária da União, do qual citamos os principais aspectos:

Objetivos Estratégicos contidos no Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal:

Polícia Administrativa: Servir á sociedade com excelência e transparência;

Governança: Transformar a PF numa instituição orientada pela estratégia e governança;

Pessoas e Estrutura: Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora.

A demanda será incluída no Plano de Contratação Anual 2025 da DPF/FIG/PR.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação

- Otimização dos serviços, devido ao uso de profissional habilitado e qualificado; bem como pelo uso de material e utensílios próprios para as atividades específicas;
- Disponibilidade das embarcações, de vaga seca e de vaga molhada, limpas, supridas e preparadas para o pronto uso a qualquer momento;
- Embarcações vistoriadas antes e após o uso, garantindo a segurança do uso e prevenindo transtornos ao desempenho do serviço policial;

- Garantia da segurança das embarcações em relação à amarração, cujos cabos serão verificados constantemente, prevenindo problemas que possam ser causados pelas variações da maré e dos ventos incidentes no local da boia de amarração, em mar aberto;
- Cumprimento das atribuições constitucionais, legais, regulamentares, regimentais e normativas da polícia federal na área de polícia marítima.

13. Providências a serem Adotadas

Trâmites relativos à rescisão do atual contrato, bem como relativos à transição do serviço para a nova contratada.

Elaboração do Mapa de Riscos e Termo de Referência, com base nos parâmetros estabelecidos neste Estudo Preliminar.

Realizar a licitação seguindo os normativos pertinentes à matéria;

Formalizar a contratação, após a escolha do prestador de serviços;

Designar os gestores e fiscais do contrato;

Fiscalizar a execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação em pauta é viável, vantajosa economicamente, além de ser essencial para a manutenção dos serviços de marinho de convés na Polícia Federal, não podendo ser substituída por qualquer outra contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUGUSTO DA CRUZ RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

CHRISTIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA GAROFOLO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/07/2025 às 15:01:36.